



Encontro Internacional sobre Gestão
Empresarial e Meio Ambiente

ISSN: 2359-1048
Dezembro 2016

Desempenho Social e Ambiental dos Bancos Internacionalizados Brasileiros

ODERLENE VIEIRA DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
oderlene@hotmail.com

SÉRGIO SEABRA DA SILVEIRA FILHO
sergio_seabra@hotmail.com

Desempenho Social e Ambiental dos Bancos Internacionalizados Brasileiros

RESUMO

Com o incremento da globalização e a expansão do mercado, as empresas tiveram que se adequar à nova realidade na qual todas as ações devem ser voltadas para os fatores que estão diretamente ligados à promoção de ações sociais e ambientais, que hoje se amplia ao nível da compreensão da sociedade e do empresariado, e, com isso, surgem novas formas de pensar as relações com a comunidade empresarial em seu ambiente de atuação. Nesse contexto o presente trabalho objetiva identificar o nível de evidenciação de indicadores essenciais de desempenho ambiental e social apresentados no relatório de sustentabilidade dos bancos internacionalizados brasileiros. Trata-se de um estudo descritivo realizado por meio de pesquisa documental, no relatório de sustentabilidade GRI-G3 dos bancos Itaú Unibanco, Banco do Brasil e Bradesco. Os resultados possibilitaram concluir que o nível de evidenciação de indicadores essenciais de desempenho ambiental e social dos bancos internacionalizados brasileiros apresentados no relatório de sustentabilidade foi expressivo, o que pode ser explicada pela Teoria Institucional, e que o Bradesco, como o 3º banco brasileiro mais internacionalizado ocupa a 1ª. posição de desempenho ambiental e social, implicando que não há uma relação direta entre desempenho ambiental e social com o *ranking* da internacionalização.

Palavras-chave: Desempenho Social, Desempenho Ambiental, Evidenciação de Informações.

Social and Environmental Performance of Brazilian Internationalized Bank

With increased globalization and the expansion of the market, companies have had to adapt to the new reality in which all actions should be focused on the factors that are directly linked to the promotion of social and environmental actions, which today extends to the level of understanding of society and business, and with it come new ways of thinking about the relationship with the business community in its operating environment. In this context the present study aims to identify the level of disclosure of essential indicators of environmental and social performance presented in the Sustainability Report of the Brazilian internationalized banks. This is a descriptive study by means of desk research, the GRI-G3 Sustainability Report of Itaú Unibanco, Bank of Brasil and Bradesco. The results allowed to conclude that the key indicators of disclosure level of environmental and social performance of Brazilian internationalized banks presented in the sustainability report was significant, which can be explained by the Institutional Theory, and Bradesco, as the 3rd more internationalized Brazilian bank occupies the 1st. position of environmental and social performance, implying that there is a direct relationship between environmental and social performance to the ranking of internationalization.

Keywords: Social Performance, Environmental Performance, Disclosure Information.

1 INTRODUÇÃO

O mundo dos negócios avança com uma rapidez nunca antes alcançada e, cada vez mais, as empresas procuram seu diferencial competitivo para permanecer nesse mercado. Antes, a imagem das empresas estava aliada ao produto e à sua tradição. Preocupavam-se apenas com a produção, vendas e lucros. Com o incremento da globalização e a expansão do mercado, aquelas tiveram que se adequar à nova realidade na qual todas as ações devem ser voltadas para os fatores que estão diretamente ligados à promoção de ações sociais e ambientais, que hoje se amplia ao nível da compreensão da sociedade e do empresariado, e, com isso, surgem novas formas de pensar as relações com a comunidade empresarial em seu ambiente de atuação.

A Responsabilidade Social e Ambiental (RSA) perante a sociedade é enfatizada por princípios empresariais que estabelecem o compromisso da empresa com a comunidade onde atua, servindo como referência para um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Para a sobrevivência e crescimento de uma empresa, já não é mais suficiente a oferta de bens e serviços de qualidade e preços compatíveis, mas também o comprometimento das obrigações, ou seja, é necessário remunerar adequadamente os colaboradores; assistir os clientes antes, durante e depois da venda; manter relações de efetiva parceria com fornecedores; conviver eticamente com concorrentes; e manter as relações transparentes com os *stakeholders* (Gribl, 2010).

No Brasil, não há imposição legal às empresas para demonstrar informações de cunho ambiental, mas desde 1976, já se observam alguns incentivos indiretos, como é o caso da Lei de nº 6.404/76 e da Lei de nº 6.385/76 que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como órgão normatizador e fiscalizador das companhias abertas. Esta publicou o Parecer de Orientação de nº 15/87, em que sugere uma nota no Relatório da Administração quanto aos investimentos efetuados a favor do meio ambiente (Abreu et al., 2008).

Já a evidenciação de ações de responsabilidade social das organizações ficou mais notória a partir do ano de 1997, quando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) estimulou a preparação e a divulgação do Balanço Social. Em 1998 ocorreu a fundação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com o objetivo de disseminar as práticas sociais entre seus associados em busca de uma sociedade sustentável e justa.

A partir de então, é crescente a discussão mais sistematizada da RSA tanto no meio acadêmico quanto no empresarial. Em relação às empresas brasileiras, acredita-se que tem havido uma evolução na discussão e difusão da RSA, como também na evidenciação de informações dessa natureza. Um veículo que tem sido muito utilizado para divulgação dessas informações tem sido as Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade ou *Global Reporting Initiative* (GRI).

A cada ano os organismos envolvidos com o estabelecimento de conteúdos dos relatórios de sustentabilidade ou diretrizes para sua elaboração têm buscado um refinamento desses relatórios em função dos novos padrões exigidos pela sociedade e a reorientação das ações para a obtenção de maior legitimidade.

Muito se tem discutido também sobre o nível de transparência dos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas em relação aos temas que foram (ou não foram) cobertos, a profundidade das informações e a disponibilidade de indicadores quantitativos disponíveis que permitam comparações entre empresas do mesmo ramo de atividades. Também há críticas em relação ao viés de marketing institucional desses relatórios, retratado em apresentação visual sofisticada, fotos pouco realistas e declarações elogiosas à empresa (Lima, 2009). O que os diversos *stakeholders* esperam encontrar nesses relatórios são informações claras que possibilitem saber o que está ocorrendo dentro de uma organização para avaliarem se existe algum tipo de risco e a partir daí tomarem alguma atitude.

Assim, frente a este contexto definiu-se a seguinte questão de pesquisa: Qual o nível de evidenciação de indicadores essenciais de desempenho ambiental e social dos bancos internacionalizados brasileiros apresentados no relatório de sustentabilidade GRI?

Para responder à questão de pesquisa no objetivo geral buscou-se identificar o nível de evidenciação de indicadores essenciais de desempenho ambiental e social dos bancos internacionalizados brasileiros apresentados no relatório de sustentabilidade do ano de 2011.

Os objetivos específicos consistiram em: 1) identificar os indicadores evidenciados parcialmente ou não evidenciados no GRI entre os bancos estudados; 2) verificar se os indicadores estão evidenciados no relatório de sustentabilidade de forma clara, de fácil identificação pelo leitor; 3) encontrar nas teorias evidências que permitam explicar as razões para a variação de evidenciação de determinadas informações; e 4) comparar os resultados de desempenho ambiental e social com o *ranking* da internacionalização dos bancos no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma análise da evidenciação de indicadores essenciais de desempenho ambiental e social cuja relevância pode ser percebida à medida que a legitimidade das ações empresariais perante a sociedade passe a ser ao longo do tempo uma das principais credenciais para o desempenho positivo nos negócios, posto que se vive em um mundo que estará cada vez mais absorvido com a busca de soluções para graves ameaças socioambientais como as mudanças climáticas, a emergência de uma nova economia de baixo carbono e uma nova matriz energética a nível global.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção discorre-se sobre os temas relacionados ao objeto principal deste estudo, dividida em três subseções: responsabilidade social e ambiental, transparência e teorias que buscam explicar as razões para a variação de evidenciação de informações de cunho socioambiental.

2.1 Responsabilidade Social e Ambiental

A grande preocupação das melhores organizações do mundo é com a sustentabilidade dos seus negócios, por meio de um movimento que teve origem nas questões ambientais, mas que atualmente é visto de uma forma mais ampliada, passando a incorporar os temas dos movimentos empresariais anteriores pela qualidade, pela saúde e segurança do trabalho, pela própria preservação ambiental e, mais recentemente, pela responsabilidade social corporativa.

Todas essas questões se resumem em uma única palavra “Sustentabilidade”, com suas dimensões ambiental, social e econômico-financeira. Na presente pesquisa, em função do objetivo proposto, focou-se exclusivamente nas dimensões ambientais e sociais, em função da temática responsabilidade social e ambiental.

O próprio termo Sustentabilidade parece ainda estar em processo de definição. Lê-se e ouve-se de várias pessoas ligadas à área de gestão os vocábulos Responsabilidade Social, Cidadania Corporativa, Gestão Social, Gestão Responsável, *Accountability* (prestação de contas), Governança Corporativa (mais ligada ao lado econômico-financeiro e voltada para o relacionamento entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal), e vários outros equivalentes em inglês, todos eles referindo-se ao movimento da Responsabilidade Social Corporativa.

A previsão feita por alguns especialistas é que todos estes termos sejam substituídos por outro, mais abrangente e definitivo: Responsabilidade Organizacional. A palavra “social” corre o risco de ser suprimida por passar um sentido limitado ao tema que já se configura como a “quarta grande onda” das mudanças organizacionais, vinda ao esteio dos movimentos pela qualidade, pela saúde e segurança do trabalho e pela proteção ao meio ambiente. (Almeida, 2002, p. 38).

A Responsabilidade Social, no seu sentido amplo, aborda questões relativas aos deveres de cada indivíduo e organização com o bem-estar da sociedade, enfatizando que todos devem

preocupar-se em assumir seus atos. No sentido mais restrito podem ser direcionadas especificamente às organizações, denominada como Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Organizacional (RSO), que é adaptada às capacidades e limitações das empresas. Neste caso, geralmente, a Responsabilidade Social passa a ser discutida como uma Estratégia Organizacional, que se utiliza principalmente de orientações e ferramentas externas como normalizações para conduzir o processo. Isto decorre das necessidades de atender às pressões sociais que exigem das empresas um processo produtivo que gere menos impactos sociais e ambientais. Por isso, é bastante usual também o termo Responsabilidade Social e Ambiental (RSA), enfatizando que pretende atender estas duas exigências (Souza, Dreher, & Amal, 2007). Desse modo, no decorrer da apresentação desta subseção o leitor se deparará com o uso desses vários termos.

Carroll (1979) enfatiza que na década de 50 o conceito de responsabilidade social era baseado fundamentalmente nos princípios da filantropia e da governança, sendo que ambos representavam uma manifestação paternalista do poder corporativo ao estimular as empresas a serem generosas com os menos afortunados e a considerar também os interesses de outros agentes sociais.

Partindo-se da perspectiva do relacionamento da empresa para com a sociedade, McWilliams & Siegel (2001) definem a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como um conjunto de ações que parecem oferecer ganhos sociais, além dos interesses básicos da empresa e do que é requerido por lei, significando que a empresa deve ir além dos limites legais da organização, sendo que a atuação empresarial permeia o ambiente interno, tal como todos os demais fatores externos aos quais a organização está diretamente relacionada ou não.

Portanto, uma empresa socialmente responsável procura ter uma visão de que tudo que ela faz gera uma variedade de impactos diretos e indiretos dentro e fora dela, atingindo desde os consumidores e empregados até a comunidade e o meio ambiente (Makover, 1994).

Complementando, Srour (2000) destaca que uma organização socialmente responsável supõe práticas e programas que perpassem todas as operações do negócio e que se traduzam nos processos de decisão e ações subordinadas a um enfoque altruísta.

Nas definições idealizadas a partir da perspectiva da visão da sociedade quanto à responsabilidade social das empresas, a base do entendimento aborda claramente o relacionamento existente de forma institucional, trazendo as organizações para o âmbito social como atores participantes tal como as demais instituições. Por definição a RSC baseia-se na noção de que as corporações possuem a obrigação de trabalhar para a melhoria do bem-estar social (Frederick, 1994).

Embora algumas conceituações decorrentes desta via de pensamento não descartem a natureza instrumentalista das atividades empresariais, a interpretação das organizações como instituição social ratifica a condição de que elas são diretamente coautoras do desenvolvimento socioeconômico dos locais onde estão presentes.

Para Porter & Kramer (2002), as empresas não funcionam isoladas do contexto social no qual estão inseridas. Os autores sugerem que quanto mais um aprimoramento social se relacionar aos negócios, mais a empresa obterá benefícios econômicos e que em longo prazo, os objetivos econômicos e sociais não serão conflituosos, e sim integralmente conectados. Porter & Kramer (2011) cunharam a expressão Criação de Valor Compartilhado (CSV- *Creating Shared Value*) como as práticas e políticas operacionais para o aumento da vantagem competitiva das empresas, enquanto simultaneamente avançam nas condições sociais e econômicas nas comunidades em que elas operam.

De acordo com Wartick & Cochran (1985) existe um contrato entre a organização e a sociedade, que funciona como um veículo por meio do qual o comportamento dos negócios é posto em conformidade com os objetivos da sociedade e que os negócios desempenham papéis de agentes morais na sociedade, refletindo e reforçando seus valores. A sociedade

legítima as ações das organizações tendo em vista os valores e o padrão moral que a própria instituição empresarial ajudou a construir.

Pesquisa conjunta realizada pela CNI, SEBRAE e BNDES revelou que as razões para adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental pelas empresas não foram apenas em relação à legislação, mas, principalmente, por questões que poderiam ser associadas ao aumento da competitividade nas exportações; pressão do consumidor com preocupações ambientais; pressão da comunidade, dentre outras (Tachizawa, 2006).

A gestão das organizações, então, ganha contornos cada vez mais sistêmicos, exigindo criatividade e multiplicidade de habilidades para garantir a sobrevivência (Almeida, 2002). Dessa forma, atrelados ao movimento da Responsabilidade Social, existem dois outros grupos temáticos, a ética e a transparência (Alledi, & Quelhas, 2002). Tendo como base o objetivo da presente pesquisa explorou-se o movimento da transparência.

A novidade, então, de um movimento tão importante como este é que as empresas não só têm que praticar como também explicitar as ações adotadas. Na concepção de De Lucca (1998) a empresa, além de agente econômico com a missão de produzir riqueza, é também um agente social e, como um dos componentes da sociedade deve prestar conta aos demais.

2.2 Transparência

As empresas devem praticar e também evidenciar o que fazem por seus profissionais, colaboradores, comunidade e meio ambiente, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida de todos (Cunha, Beuren, & Cardozo, 2010).

Malacrida & Yamamoto (2006) explanam que divulgação de informações por parte das empresas é fundamental para os seus usuários no processo de tomada de decisões. Assim, a evidenciação clara, objetiva e completa possibilita um maior grau de confiabilidade e segurança ao se decidir por uma alternativa em detrimento de outras. Para Iudicibus (2000) toda informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado.

A importância da transparência está baseada no seu ponto fundamental, que é a honestidade. Para o Brasil, que tem uma tradição de país corrupto, a adoção de práticas transparentes vai garantir a implantação da gestão socialmente responsável (Alledi, & Quelhas, 2002).

Para Hendriksen & Breda (1999, p. 511) não existe um consenso a respeito do nível mais apropriado de divulgação. Declaram que sempre existirá incompatibilidade sobre o que deve ser divulgado e de que forma. Ademais, os autores assumem que o tipo e a quantidade de evidenciação dependem, em parte, do grau de sofisticação de interpretação dos dados alcançados pelo leitor, portanto, a qualidade e a quantidade de informações a serem ‘digeridas’ dependem do *background* educacional do leitor, razão pela qual defendem diferentes formas de divulgação.

Denota-se que toda informação pertinente à situação da empresa merece ser evidenciada para atender de forma ampla os usuários interessados (Cunha, Beuren, & Cardozo, 2010).

Segundo Almeida (2002, p.45),

As organizações que souberem ser transparentes em relação a produtos e processos tecnológicos, cujos componentes ou forma de funcionamento são mantidos em sigilo, estarão em melhores posições frente ao público, mesmo em momentos onde terão que reiterar, por motivos comerciais, o segredo de suas atividades.

Outra discussão se refere aos benefícios que a empresa pode obter em função de uma melhor evidenciação. Há um consenso, entre profissionais e acadêmicos, de que uma melhor evidenciação pode trazer benefícios para a empresa. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa pela *Price Water House Coopers*. De acordo com tal pesquisa, cinco pontos são citados como sendo os maiores benefícios de uma melhor evidenciação: aumento da credibilidade dos gestores; mais investidores de longo prazo; maior monitoramento por parte dos analistas;

melhor acesso a novos capitais e melhor avaliação do preço das ações (Malacrida, & Yamamoto, 2006).

De acordo com o CODIM (2012), a adoção de uma agenda de sustentabilidade mitiga riscos e cria oportunidades de negócios, sendo um diferencial nas companhias, pois produz vantagens competitivas percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. A seguir, listam-se alguns dos principais benefícios para as companhias que adotam uma agenda sustentável: a) possibilidade de maior atratividade e retenção de talentos; b) possibilidade de redução de custos e ou incremento de receita com novos produtos e serviços; c) valorização dos produtos ou serviços sob a ótica dos consumidores impactando o valor da marca, seu fortalecimento e sua visibilidade tanto em âmbito nacional como internacional; d) melhoria substancial da compreensão dos valores e cultura da própria companhia, proporcionando novas reflexões e oportunidades de negócio; e) avaliação mais completa e eficiente dos ativos e passivos envolvidos, bem como da rentabilidade e dos resultados da companhia pelos profissionais de investimentos, que passam a considerar as informações socioambientais do negócio; f) possibilidade de participação das ações dessas companhias em índices do mercado de capitais ligados à sustentabilidade, adicionando mais valor para a companhia e, conseqüentemente, para o acionista; g) instituições financeiras privilegiam financiamentos voltados a este tipo de companhias e, em alguns casos, restringem o atendimento das que não possuem práticas sustentáveis; h) as companhias passam também a exigir de sua cadeia de relacionamentos práticas sustentáveis, o que pode influenciar na escolha de seus fornecedores e parceiros de negócios, gerando valor para a cadeia com um todo; i) redução de riscos, multas, interdições e exposição negativa em relação ao mercado; e j) a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) faz com que as demonstrações contábeis reflitam a real situação da companhia, o que inspira confiança nas demais informações divulgadas.

Dantas, Zendersky & Niyama (2004) esclarecem que deve haver um equilíbrio entre o custo e o benefício de divulgar a informação. Os custos nunca devem exceder os benefícios decorrentes da divulgação. Como o mercado interpreta a ausência de divulgação como desfavorável, se não existem custos de divulgação a empresa é incentivada a divulgar todas as informações (*full disclosure*).

2.3 Teorias que buscam explicar as razões para a variação de evidenciação de informações de cunho socioambiental

Diferentes teorias têm sido propostas na literatura para explicar as razões para a variação de evidenciação de informação de responsabilidade social e ambiental, ou seja, de divulgação de informações voluntárias por parte das organizações. Alguns pesquisadores (Naser, 1998; Naser Al-Khatib, 2000; Wallace, Naser, & Moura, 1994;) utilizaram a Teoria da Agência para explicar essas variações. Na perspectiva da Teoria da Agência, os gestores tendem a divulgar informações de caráter voluntário com o objetivo de reduzir custos de agência (Easterbrook, 1984; Jensen, & Mackling, 1976; Naser et al., 2006; Rozef, 1982).

Outra teoria também muito utilizada para explicar aquela variação tem sido a Teoria da Legitimidade (Deegan, Rankin, & Tobin, 2002; Guthrie, & Parker, 1989; Patten, 1992;). De acordo com Deegan (2002), a Teoria da Legitimidade possui uma ampla aplicação quanto aos vários tipos de estratégias organizacionais, sobretudo quando se trata de estratégias que envolvem a divulgação pública de informações voluntárias sobre a organização. Ela tem sido utilizada, por exemplo, para explicar a divulgação de informações que se encontram nos relatórios anuais ou ainda em relatórios específicos, como os relatórios de sustentabilidade.

A Teoria da Legitimidade prevê a existência de um contrato social (Archel et al., 2009; Deegan, 2002; Deegan, & Blomquist, 2006; Guthrie, & Parker, 1989; Lindblom, 1984; Patten, 1992). De acordo com Archel et al. (2009), um dos princípios fundamentais da Teoria

da Legitimidade é a existência de um contrato social entre as organizações e a sociedade, cujo respeito confere à organização a legitimidade necessária para o uso continuado dos recursos naturais e humanos, bem como para a manutenção do seu direito à existência. Qualquer eventual violação do contrato social por parte da organização trará danos à legitimidade, colocando em xeque sua própria sobrevida.

Já Ullmann (1985) usou a Teoria dos *Stakeholders* para explicar a variação na evidência de informações de cunho voluntário. Ullmann (1985) desenvolveu uma estrutura conceitual para explicar a variação entre a divulgação de informações sociais e desempenho social e econômico, tendo como foco os agentes interessados. O autor apresenta um modelo com três dimensões para explicar aquela relação (Tabela 1).

Tabela 1:
Resumo do Modelo Teórico de Ullmann

Dimensões	Vies para análise	Postura frente ao meio ambiente	Nível de evidência das informações socioambientais
Poder dos <i>stakeholders</i>	Controlam recursos valiosos para a empresa (pressão por retorno)	- Prioritário - Pouco urgente	As demandas serão atendidas proporcionalmente à relevância que têm os recursos que dominam para a viabilidade da empresa
Postura estratégica das empresas	Comportamento diante das demandas sociais	- Postura ativa - Postura passiva	Atitude ativa, quando a empresa desenvolve programas de atividades sociais e ambientais que incorporam as demandas dos agentes, ou passiva no caso contrário
Resultado econômico	Benefícios econômicos obtidos	- Folga de recursos - Escassez de recursos	Tem influência sobre a implantação de programas sociais e ambientais, de forma que quanto maior, mais fácil será a tendência para que a empresa realize estes tipos de atividades e disponibilize informações sobre elas

Fonte: elaborado com base em Ullmann (1985, p. 551).

Cosenza, Mamede & Laurencel (2010) ressaltam que conforme o modelo de Ullmann (1985), a política socioambiental da empresa e a consequente evidência destas informações pode ser explicada por meio da análise simultânea da capacidade dos *stakeholders* para controlar recursos valiosos, da postura estratégica dos seus executivos diante das demandas ambientais e dos benefícios econômicos que a evidência pode proporcionar.

A teoria dos *Stakeholders* parte do pressuposto de que as responsabilidades de uma empresa não se limitam aos acionistas, mas a um grupo bem mais amplo. Essas responsabilidades englobariam todos aqueles que são impactados direta ou indiretamente pelas atividades das empresas, como empregados, sindicatos, fornecedores, clientes, governo, sociedade e associações (Calixto, 2007).

Outros pesquisadores (Carpenter, & Feroz, 1992; Guerreiro, & Rocha, 2009; Santos, & Nunes, 2009) utilizaram para explicar tal fenômeno a Teoria Institucional.

A Teoria Institucional foi retomada nas ciências sociais na década de 70 (Dimaggio, & Powell, 2001; March, & Olsen, 1993; Scott, 2008). Considerando-se as vertentes econômicas, política e sociológica, foi na sociológica onde se encontrou as contribuições mais profundas quanto aos conceitos de instituição e processos de institucionalização. Segundo Carvalho, Vieira & Goulart (2005, p. 853),

no campo dos estudos organizacionais tem prevalecido o enfoque sociológico que, ao valorizar propriedades simbólico-normativas das estruturas, abriu novas possibilidades para a pesquisa empírica, especialmente por expandir a compreensão

sobre dimensões do ambiente e, conseqüentemente, sobre as relações interorganizacionais que ali ocorrem.

Gray et al. (1996) salientam que há uma significativa sobreposição entre a Teoria da Legitimidade e outras teorias, como a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria Institucional. De acordo com Deegan (2006), a Teoria Institucional explora em nível amplo as formas organizacionais particulares que podem ser adotadas para garantir legitimidade a uma organização. Ela fornece uma explicação sobre as estratégias por meio das quais uma organização pode tentar alinhar a percepção de suas práticas e atividades com os valores sociais e culturais de uma determinada sociedade. Dentre essas estratégias, algumas coincidem com as propostas pela Teoria da Legitimidade para ganhar, manter ou recuperar a legitimidade. Desse modo, essas estratégias coincidentes representariam a área de justaposição entre as duas teorias.

Quanto à sobreposição entre a Teoria da Legitimidade e a Teoria dos *Stakeholders*, Deegan & Blomquist (2006) afirmam que ambas as teorias partem do princípio de que a organização faz parte de um sistema social mais amplo no qual as ações da organização tanto impactam, como são impactadas por outros grupos sociais. A diferença entre elas consistiria em que, enquanto a teoria da legitimidade considera as expectativas da sociedade de uma forma geral, a Teoria dos *Stakeholders* forneceria um tipo mais refinado de análise ao se referir a grupos específicos dentro da sociedade.

Em suma, na literatura encontram-se teorias que ajudam a explicar o interesse das organizações em evidenciar informações de responsabilidade social e ambiental, ou seja, informações de cunho voluntário.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa de epistemologia positivista e do tipo descritiva (Lakatos, & Marconi, 2001). Os métodos de pesquisas adotados foram de natureza qualitativa e quantitativa (Cervo, Bervian, & Da Silva, 2007) utilizando-se de levantamento bibliográfico e levantamento documental (Lakatos, & Markoni, 2005) em relatórios de sustentabilidades das instituições investigadas.

Dos instrumentos disponíveis como Balanço Social, SA800, AA1000 e GRIG3, para medir e avaliar as ações de responsabilidade social corporativa nesta pesquisa adotou-se a ferramenta GRIG3, por ser o mais utilizado em pesquisas acadêmicas.

A população alvo é constituída dos bancos brasileiros mais internacionalizados, sendo eles: Banco Itaú Unibanco, Banco do Brasil e Banco Bradesco, nesta ordem (Geleilate, & Forte, 2012).

O instrumento utilizado consistiu em formulário estruturado constando dos 26 indicadores essenciais do GRIG3 sobre o desempenho ambiental e social da organização. Os dados coletados foram consolidados mediante tratamento qualitativo, ou seja, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2002). Na Análise de Conteúdo se empregou como regra de enumeração a presença ou ausência do indicador, conforme Bardin (2002), das subcategorias nas informações disponibilizadas pelas organizações, contidas nos relatórios de sustentabilidade (Tabela 2).

Tabela 2:
Categorias e subcategorias de análise

Categoria	Subcategoria
Indicadores de desempenho ambiental	EN1 Materiais usados por peso ou volume.
	EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
	EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.
	EN4 Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.
	EN8 Total de retirada de água por fonte.
	EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas

	<p>protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.</p> <p>EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.</p> <p>EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.</p> <p>EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.</p> <p>EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.</p> <p>EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.</p> <p>EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.</p> <p>EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.</p> <p>EN23 Número e volume total de derramamentos significativos.</p> <p>EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.</p> <p>EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.</p> <p>EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais.</p>
<p>Indicadores de desempenho social</p>	<p>LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.</p> <p>LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.</p> <p>LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.</p> <p>LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.</p> <p>LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.</p> <p>LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.</p> <p>LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.</p> <p>LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.</p> <p>LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.</p> <p>HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.</p> <p>HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.</p> <p>HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.</p> <p>HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.</p> <p>HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.</p> <p>HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.</p> <p>SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.</p> <p>SO2 Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos Relacionados a corrupção.</p> <p>SO3 Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.</p> <p>SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.</p> <p>SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.</p> <p>SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos.</p> <p>PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança</p>

	<p>são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços.</p> <p>PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.</p> <p>PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.</p> <p>PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado com base em GRI (2006).

A fim de quantificar, numericamente, o nível de divulgação das informações sociais e ambientais de cada banco criou-se a pontuação exposta na Tabela 3.

Tabela 3:

Pontuação de acordo com o nível de divulgação das informações

Pontuação	Nível de divulgação
0 – Nula	Quando não houver divulgação de nenhum aspecto relacionado ao indicador
0,5 – Parcial	Quando não forem divulgados todos os aspectos relacionados ao indicador
1 – Total	Quando forem divulgados todos os aspectos relacionados ao indicador

Dessa forma, mensurou-se quantitativamente a variável nível de divulgação das informações sociais e ambientais, podendo a pontuação de cada empresa variar de um mínimo de zero ponto até um máximo de 17 pontos para os indicadores de desempenho ambiental, um máximo de 25 pontos para os indicadores de desempenho social e um máximo de 41 pontos para os indicadores totais (soma do ambiental com o social). Destaca-se que o indicador “EN23- número e volume total de derramamentos significativos” foi retirado da pesquisa em virtude de sua inaplicabilidade em relação às instituições financeiras, fato este percebido após detectar-se a ausência da divulgação do referido indicador pelas três instituições. Assim sendo, dos 17 indicadores de desempenho ambiental do modelo de divulgação da GRI, utilizou-se 16. O nível de evidenciação é calculado dividindo-se a soma ponderada dos indicadores pela pontuação máxima.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Apresentam-se nesta seção os resultados da análise dos relatórios de sustentabilidade dos três bancos investigados por tipo de indicador e total.

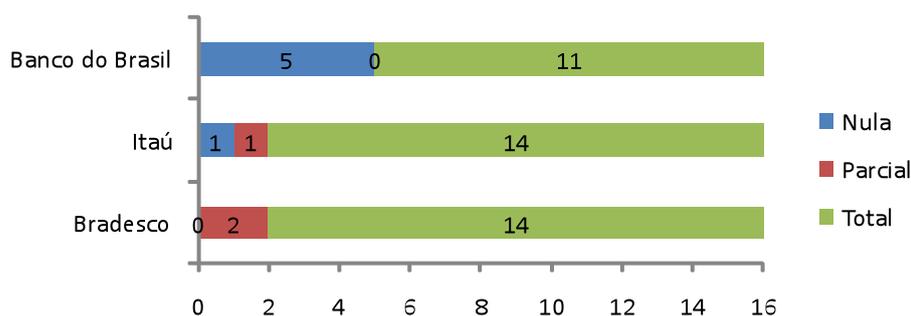
4.1 Evidenciação dos indicadores de desempenho ambiental

A Figura 1 apresenta uma visão geral da evidenciação dos 16 indicadores essenciais de desempenho ambiental recomendados pela GRI por banco.

De acordo com o exposto na Figura 1, nenhum banco pesquisado alcançou a máxima pontuação na divulgação dos indicadores ambientais. Entretanto, o Bradesco foi o que obteve a maior pontuação, 15 pontos, equivalendo a 93,7% como nível de evidenciação ambiental. Em segundo lugar figura o Itaú Unibanco com nível de evidenciação de 90,6%, equivalente a 14,5 pontos. E em terceiro lugar apresenta-se o Banco do Brasil com um nível de evidenciação de 68,8%, correspondendo a 11 pontos.

Figura 1:

Evidenciação de informações ambientais



Cabe destacar os indicadores de desempenho ambiental não evidenciados ou evidenciados parcialmente (Tabela 4).

Tabela 4:

Indicadores de desempenho ambiental não evidenciados ou evidenciados parcialmente

	EN11	EN12	EN19	EN20	EN21	EN27
Bradesco	0,5	0,5	1	1	1	1
Itaú	1	0,5	1	1	1	0
Banco do Brasil	1	0	0	0	0	0

Uma primeira observação na Tabela 4 é que o indicador “EN27 - Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto” foi o menos evidenciado pelas três instituições apenas o Bradesco o evidenciou. Uma segunda observação é que o “EN12 - Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas” foi parcialmente evidenciado, não apresentando evidenciação total por nenhuma instituição. Uma terceira observação é que os indicadores “EN19 - Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso”, “EN20 - NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso” e “EN21 - Descarte total de água, por qualidade e destinação” foram plenamente evidenciados pelas duas instituições privadas (Bradesco e Itaú Unibanco) e não atendido pelo instituição pública do estudo (Banco do Brasil), o que por si só já sugere uma investigação específica sobre esse fenômeno.

Considerando-se a proposta da Teoria Institucional, observa-se que ainda não há uma institucionalização dessas informações para as Instituições Financeiras. Observando o atual cenário, a se confirmar uma tendência de ampliação do fenômeno da Responsabilidade Ambiental, é provável que, no futuro, esses tipos de indicadores venham a se institucionalizar para todos os tipos de organizações, o que ainda não ocorre.

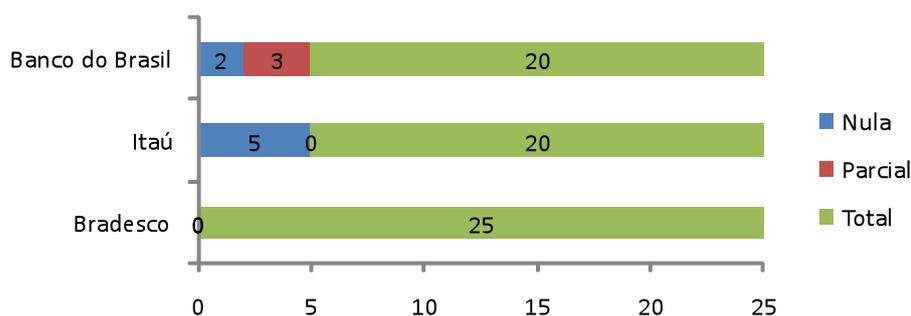
4.2 Evidenciação dos indicadores de desempenho social

A Figura 2 apresenta uma visão geral da evidenciação dos 25 indicadores essenciais de desempenho social recomendados pela GRI por banco.

Na Figura 2 pode-se observar que apenas o Bradesco alcançou a máxima pontuação na divulgação dos indicadores sociais, com 25 pontos, equivalendo a 100,0% como nível de evidenciação social. A segunda maior pontuação foi apresentada pelo Banco do Brasil com 21,5 pontos, equivalente a 86,0%. E em terceiro lugar apresenta-se o Itaú Unibanco com um nível de evidenciação de 80,0%, correspondendo a 20 pontos.

Figura 2:

Evidenciação de informações sociais



Esperava-se uma harmonia na disseminação das informações sociais, não só pela divulgação desse tipo de informação agregar legitimidade às empresas, mas pela própria globalização, pois essas instituições atuam em âmbito Internacional.

Apesar de haver diferença no nível de evidenciação das informações de cunho social pelos bancos pesquisados, eles apresentaram um expressivo nível de divulgação, o que pode ser explicada pela Teoria Institucional, uma vez que a divulgação desse tipo de informação agrega legitimidade à organização, pois vai ao encontro das expectativas de várias partes relacionadas, considerando-se a divulgação desses indicadores como uma estrutura em vias de institucionalização tanto no nível geral como no nível imediato.

Destaca-se a, seguir, os indicadores de desempenho social não evidenciados ou evidenciados parcialmente (Tabela 5).

Tabela 5:

Indicadores de desempenho social não evidenciados ou evidenciados parcialmente

	LA7	HR1	HR4	HR6	HR7	SO1	SO3	SO4	SO8	PR3
Banco do Brasil	0,5	1	0,5	0	0	1	1	0,5	1	1
Itaú	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0
Bradesco	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

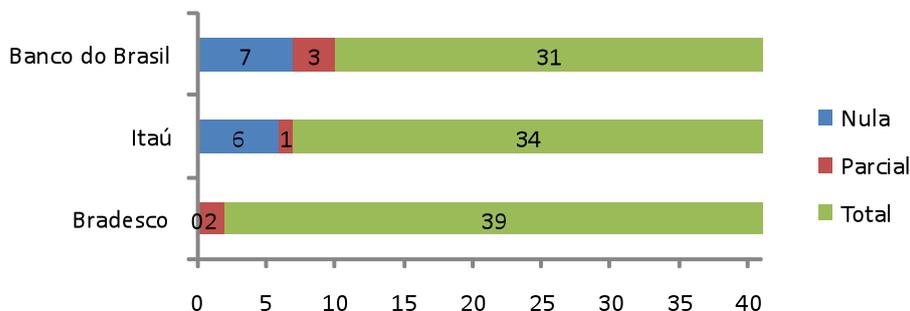
O indicador “**LA7**- Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região” foi divulgado totalmente pelo Bradesco e pelo Itaú Unibanco e divulgado parcialmente pelo Banco do Brasil (Tabela 5), o que pode ser explicado pela fase de habituação da estrutura, do pilar cognitivo da Teoria Institucional, e porque uma instituição governamental teria por responsabilidade institucional de prestar essas informações à sociedade. A existência de um aparato legal que coloca a saúde e a segurança dos empregados sob responsabilidade das organizações, as coloca na situação de se verem obrigadas a dar a devida atenção a esses assuntos sob pena de sofrerem sanções. A contrapartida pela observância do que roga a legislação ocorre em termos de aumento de produtividade e legitimidade social, daí a importância de divulgar os valores gastos com saúde e segurança.

Pode-se observar também na Tabela 5 que o Itaú Unibanco apresentou a maior ausência de informações (divulgação Nula), deixando de evidenciar cinco dos 25 indicadores sociais, sendo eles: “**HR1**-Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos”; **SO1**-Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída; **SO3**-Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização; **SO8**-Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos; **PR3**-Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o

percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.

4.2 Evidenciação total

Figura 3:
Evidenciação total



De acordo com o apresentado na Figura 3, o Bradesco foi o que obteve o maior nível de evidenciação total com 40 pontos, equivalente a 97,6%. Em segundo lugar aparece o Itaú Unibanco com nível de evidenciação de 84,1%, equivalente a 34,5 pontos. E em terceiro lugar apresenta-se o Banco do Brasil com um nível de evidenciação de 79,3%, correspondendo a 32,5 pontos. A posição ocupada pelo Itaú surpreendeu à medida que por ser o banco mais internacionalizado brasileiro e sendo a GRI um relatório de evidenciação internacional esperava-se que esta instituição financeira apresentasse uma divulgação mais expressiva que os demais bancos. Por outro lado, como o Bradesco é o banco menos internacionalizado dos três, e apresentou o melhor desempenho ambiental e social medido nesta pesquisa, preconiza-se que não há relação entre desempenho ambiental e social e internacionalização, o que já sugere um estudo mais aprofundado em outros setores.

5 CONCLUSÃO

Os resultados possibilitaram identificar que em relação aos indicadores evidenciados parcialmente ou não evidenciados no GRI entre os bancos estudados (objetivo específico 1) estes perfizeram um total de 16, sendo seis ambientais e 10 sociais. Sendo eles: **EN11**-Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; **EN12**-Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.; **EN19**-Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso; **EN20**- NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso; **EN21**-Descarte total de água, por qualidade e destinação; **EN27**-Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto; **LA7**-Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região; **HR1**-Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos; **HR4**- Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas; **HR6**-Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil; **HR7**-Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo; **SO1**-Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída; **SO3**-Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização; **SO4**-Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção; **SO8**-

Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos; e **PR3**-Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.

Na verificação dos indicadores, se estão evidenciados no relatório de sustentabilidade de forma clara, de fácil identificação pelo leitor (objetivo específico 2), o Itaú Unibanco foi o que atendeu melhor aos critérios de evidenciação, seguido do Bradesco e por último do Banco do Brasil.

Respondendo ao objetivo específico 3, a Teoria Institucional foi a que apresentou mais evidências que permitiram explicar as razões para a variação de evidenciação dos indicadores investigados.

No que se refere ao objetivo 4, verificou-se empiricamente que não há relação entre desempenho ambiental e social e internacionalização.

Quanto ao nível divulgação dos indicadores ambientais, o Bradesco foi o que apresentou o melhor nível com 93,7% de evidenciação. Em segundo ficou o Itaú Unibanco com nível de evidenciação de 90,6%. E em terceiro lugar o Banco do Brasil com nível de evidenciação de 68,8%. Em relação ao nível de evidenciação dos indicadores sociais, o Bradesco também ocupou a primeira posição com 100,0% de divulgação. Em segundo lugar ficou o Banco do Brasil com 86,0%. E em terceiro lugar apresenta-se o Itaú Unibanco com um nível de evidenciação de 80,0%. Portanto, conclui-se que o nível de evidenciação de indicadores essenciais de desempenho ambiental e social dos bancos internacionalizados brasileiros apresentados no relatório de sustentabilidade do ano de 2011 foi expressivo, o que pode ser explicada pela Teoria Institucional, uma vez que a divulgação desses tipos de informações agrega legitimidade à organização, pois vai ao encontro das expectativas de várias partes relacionadas.

Para futuras pesquisas sugere-se replicá-la com dados de relatórios de outros anos e compará-los com os obtidos nesse estudo na busca por verificar mudanças de comportamento. Também seria interessante repeti-la, comparando-se dados de bancos brasileiros com bancos de outros países, e ainda, com demais empresas e setores internacionalizados.

REFERÊNCIAS

- Abreu, Monica Cavalcanti Sá de, Fernandes, Jossandra S., Soares, Francisco de A., & Silva Filho, José Carlos Lázaro da. (2008). Evolução da Conduta Ambiental de Empresas Siderúrgicas Brasileiras sob a Ótica dos Relatórios de Evidenciação Ambiental. *Revista Universo Contábil*, 4(4).
- Alledi, C., & Quelhas, O. L. G. (2002). *A sustentabilidade das organizações e a gestão da ética, transparência e responsabilidade social corporativa*. Niterói, 17p. Recuperado em 20 de junho de 2008, de http://www.latec.uff.br/mestrado/sg_qualidade/Turma%202003/Sustentabilidade.doc.
- Almeida, Fernando. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Archel, Pablo et al. (2009). Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(8), 1284-1307.
- Bardin, Laurence. (2002). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Carpenter, V. L.; Feroz, E. H. (2001). Institutional Theory and Accounting Rule Choice: an Analysis of Four US State Governments' Decisions to Adopt Generally Accepted Accounting Principles. *Accounting, Organisations and Society*, 26, 565-596.
- Calixto, Laura. (2007). Responsabilidade social corporativa no Brasil: um estudo longitudinal. In *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 31. Rio de Janeiro, ANPAD.

- Carroll, Archie B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, 4, 497-505.
- Carvalho, C. A., Vieira, M. M. F. & Goulart, S. (2005). A Trajetória Conservadora da Teoria Institucional. *Revista de Administração Pública*, 39(4), 849-879.
- Cervo, Amado L., Bervian, Pedro A., & Da Silva, Roberto. (2007). *Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall.
- CODIM. Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado. (2012). *Pronunciamento de Orientação nº 14*, de 4 de setembro de. Recuperado em 15 de outubro de 2012, de http://www.codim.org.br/downloads/Melhores_Praticas_de_Divulgacao_de_Informacoes_sobre_Sustentabilidade_final.pdf.
- Cosenza, J. P., Mamede, E., & Laurencel, L. da C. (2010). Análise dos Fundamentos Teóricos Associados à Pesquisa Contábil na Área Ambiental. *UEM – Paraná*, 19(1), 18-38.
- Cunha, Paulo Roberto da, Beuren, Ilse Maria, & Cardozo, Lidia. (2010). Evidenciação social nos relatórios da administração de empresas do setor de construção civil. *Revista Produção*, Santa Catarina, 10(2).
- Cunha, Monica Cavalcanti Sá de, Fernandes, Jossandra Sampaio, Soares, Francisco de Assis, & Silva Filho, José Carlos Lázaro da. (2008). Evolução da Conduta Ambiental de Empresas Siderúrgicas Brasileiras sob a Óptica dos Relatórios de Evidenciação Ambiental. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, 4(4), 57-76.
- Dantas, J. A.; Zendersky, H. C.; Niyama, J. K. (2004). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 28, Curitiba/PR, Anpad.
- Deegan, C. (2002). Introduction – the legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation”, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15(3).
- Deegan, Craig. (2006). Legitimacy Theory. In Hoque, Zahirul (Org.) *Issues In Accounting Research: Theories and Methods*. Londres: Spiramus Press Ltd.
- De Luca, Márcia M. M. (1998). *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo, Atlas.
- Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (1991). Introduction. In Dimaggio, P. J., & Powell, W. W. (Eds.). *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Fundação Bradesco. *Ações de responsabilidade social da Fundação Bradesco*. Recuperado em 12 de abril de 2007, de <http://www.fb.org.br>.
- Frederick, W. (1994). From CSR1 to CSR2. *Business and Society*, 33(2), 150-64.
- Geleilate, Jose M. G; Forte, Sergio, H. A. C. (2012). Motivações e Estratégias de Internacionalização dos Três Maiores Bancos Brasileiros Frente à Nova Configuração Econômica Mundial. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão (Lisboa)*, 11(1), 2-12.
- GRIBL. (2010). *Responsabilidade social é mesmo um diferencial?* Recuperado em 04 de setembro de 2011, de <http://www.orkut.com/Main#CommMsgs?tid=5541567565586627765&cmm=1902817&hl=pt-BR>.
- Guerreiro, Reinaldo, & Rocha, Wellington. Desenvolvimento de Modelo Conceitual de Sistemas de Custos – Um Enfoque Institucional. In *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 33. São Paulo, ANPAD, 2009.
- Hendriksen, Eldon S., & Breda, Michael F. Van. (1999). *Teoria da contabilidade*. Recuperado em 23 de junho de 2012, de <http://www.balancosocial.org.br/ibase.html>.

- Instituto Ethos De Empresas De Responsabilidade Social. (2007). *O novo contexto econômico e a responsabilidade social das empresas*. Recuperado em 08 de abril de 2012, de <http://www.ethos.or.br/docs/conceitos_praticas>.
- ISEA. Institute of Social and Ethical Accountability. (2007). Recuperado em 12 de setembro de 2013, de www.accountability.org.uk.
- Iudícibus, Sérgio de. (2000). *Teoria da contabilidade* (6 ed.). São Paulo, Atlas.
- Lakatos, Eva Maria, & Marconi, Marina de Andrade. (2005). *Fundamentos de metodologia científica* (6 ed.). São Paulo, Atlas.
- Lima, Orlando. (2009). Relatórios de Sustentabilidade e suas Surpresas. Mercado Ético – sua plataforma global para sustentabilidade. Recuperado em 10 novembro de 2012, de <http://www.mercadoetico.com.br/arquivo/relatorios-de-sustentabilidade-e-suas-surpresas/>.
- Makower, J. (1994). *Business for Social Responsibility: Beyond the Bottom Line – Putting Social Responsibility to Work for your Business and the World*. New York: Simon & Schuster.
- Malacrida, Mara Jane C., & Yamamoto, Marina M. (2006). Governança Corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, ed. comemorativa, 65-79.
- March, J. G., & Olsen, J. P. (1993). *El nuevo institucionalismo: factores organizativos de la vida política*. Zona Abierta, Madrid.
- McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). Corporate social responsibility: a theory of the firm perspective. *Academy of Management Review*, 26(1).
- Naser, kamal, Al-Hussaini, Ahmad, Al-Kwari, Duha, & Nuseibeh, Rana. (2006). Determinants of Corporate Social Disclosure in Developing Countries: The Case of Qatar. *Advances in International Accounting*, 19, 1-23.
- Patten, D. M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5).
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2002). The competitive advantage of corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, Reprint R0212D, 5-16.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). Creating shared value. *Harvard Business Review*, Reprint R1101C, 2-17.
- Scott, W. (2008). *Institutions and Organisations* (3 ed). Sage Publishing, Londres.
- Souza, Vanessa S. F. de, Dreher, Marialva T., & Amal, Mohamed. (2007). A Influência da Responsabilidade Sócio-Ambiental no Processo de Internacionalização: o caso da Electro Aço Altona. *Revista de Ciências Administrativas*, 9(19), 103-126.
- Srour, R. (2000). *Ética Empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais*. Rio de Janeiro, Campus.
- Tachizawa, Takeshy. (2006). *Gestão ambiental e o novo ambiente empresarial*. Recuperado em 05 setembro de 2012, de <http://www.consultores.com.br/artigos.asp?cod_artigo=59>.
- Ullmann, A. A. (1985). Data in search for a theory: A critical examination of the relationship among social performance social disclosure and economic performance. *Academy of Management Review*, 10, 540–577.
- Wallace, R. S. O., Naser, K., & Mora, A. (1994). The relationship between the comprehensiveness of annual corporate reports and firm characteristics in Spain. *Accounting and Business Research*, 25, 41–53.
- Wartick, S., & Cochran, P. (1985). The evolution of corporate social performance model. *Academy of Management Review*, 10(4), 758-769.